



A educação e a aprendizagem ao longo da vida pelos adultos idosos através das TIC: Reflexões e propostas de implementação

Henrique Gil

Escola Superior de Educação/IPCB & Centro de Administração e Políticas Públicas/UTL
hteixeiragil@ipcb.pt

O progressivo envelhecimento das sociedades mais desenvolvidas é uma realidade com a qual os diferentes se têm vindo a confrontar. Ao mesmo tempo, a sociedade tem vindo a consolidar, cada vez mais, uma maior tendência para incluir, em todos os domínios sociais, as plataformas digitais numa sociedade que se intitula como «Sociedade da Informação e do Conhecimento». Como consequência, todos os cidadãos vêm adotando condutas e comportamentos que os «obrigam» a utilizar ferramentas digitais (ex: portais, plataformas, emails...) no seu dia-a-dia como, por exemplo, para atividades associadas ao e-governo ou para atividades relacionadas com o processo educativo (ex: e-Learning). Para que estes novos comportamentos se possam efetivar é condição necessária e fundamental que todos os cidadãos dominem estas ferramentas digitais, ou seja, tenham níveis aceitáveis de literacia digital que lhes permitam ser considerados como cidadãos infoincluídos. Contudo, na presente sociedade, existem ainda grupos que ainda são info-excluídos e, como tal, encontram-se marginalizados do ponto de vista digital. Diversos estudos e relatórios nacionais e internacionais têm vindo a demonstrar que o grupo dos cidadãos info-excluídos é constituído, maioritariamente, pelas mulheres, pelos desempregados, por indivíduos com níveis baixos de escolaridade e... pelos adultos idosos. Atendendo ao facto que o número de cidadãos mais idosos tem vindo a aumentar nas últimas décadas, é importante e fundamental que se promovam medidas e condições para que se inverta a presente situação. Quer isto dizer que é urgente promover a infoinclusão dos adultos mais idosos através de uma formação que lhes permita aceder e utilizar as TIC. Não se trata apenas de uma infoinclusão mas, sobretudo, de uma inclusão social de modo a que os cidadãos mais idosos se sintam verdadeiramente integrados na presente sociedade cada vez mais digital. Neste sentido, pretende-se abordar e avaliar de uma forma crítica e reflexiva quais as estratégias mais adequadas e quais as condições para que se possam promover ações educativas de formação para os adultos mais idosos no âmbito das TIC.

Palavras-chave: aprendizagem ao longo da vida; adultos idosos; TIC.

Aprendizagem ao longo da vida: Uma abordagem aos adultos idosos

Numa sociedade onde a mudança se tornou uma constante emergem novas necessidades, novos serviços, novas rotinas, novas formas de organização social, novas formas de trabalho e... novas formas de vida, torna-se necessário e urgente que se promovam novas e diferentes aprendizagens que permitam a aquisição de competências para uma mais adequada inserção social, laboral e familiar. Por esta razão, a aprendizagem ao longo da vida constitui uma oportunidade para fazer face a estes desafios. No caso dos adultos mais idosos esta necessidade torna-se mais premente pelo facto da sua formação ter sido orientada de acordo com paradigmas mais conservadores onde a mudança não era tida como um objetivo na sua formação. Mas, como afirmam Repetto e Trentin (2008), os adultos mais idosos continuam aptos para adquirirem novas aprendizagens para que os possam melhor preparar, de uma forma ativa, em processos inovadores e de mudança.

O processo de envelhecimento é um processo altamente heterogéneo dadas as diferentes histórias de vida de cada adulto idoso. O seu percurso familiar, os seus contextos laborais, sociais, académicos, económicos fazem com que cada um tenha uma singularidade própria. Isto significa que há diferentes de formas de envelhecimento o que vem implicar um conhecimento dessas singularidades que correspondem a diferentes competências adquiridas, diferentes tipos de interesses, diferentes requisitos e diferentes necessidades. Por esta razão, terão também que existir diferentes formas e diferentes contextos de aprendizagem. No entanto, quando se trata de adultos mais idosos, esta aprendizagem ao longo da vida deve estar equacionada não somente para o mercado de trabalho mas mais numa dimensão que se relacione com o exercício pleno da cidadania, através do seu envolvimento ativo e responsável. Neste sentido, a Comissão das Comunidades Europeias (2002), no seguimento da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, que teve lugar no ano de 2002 em Madrid, têm vindo a ser propostas diversas iniciativas no âmbito do denominado 'envelhecimento ativo'. Do mesmo modo, também a Organização Mundial de Saúde refere a necessidade de se assegurarem e de se promoverem os direitos e as liberdades dos adultos mais idosos, para que no decorrer do seu processo de envelhecimento possam ser asseguradas as condições de saúde e de segurança que lhes permitam continuar a serem ativos nas atividades de índole social, política, económica e cultural.

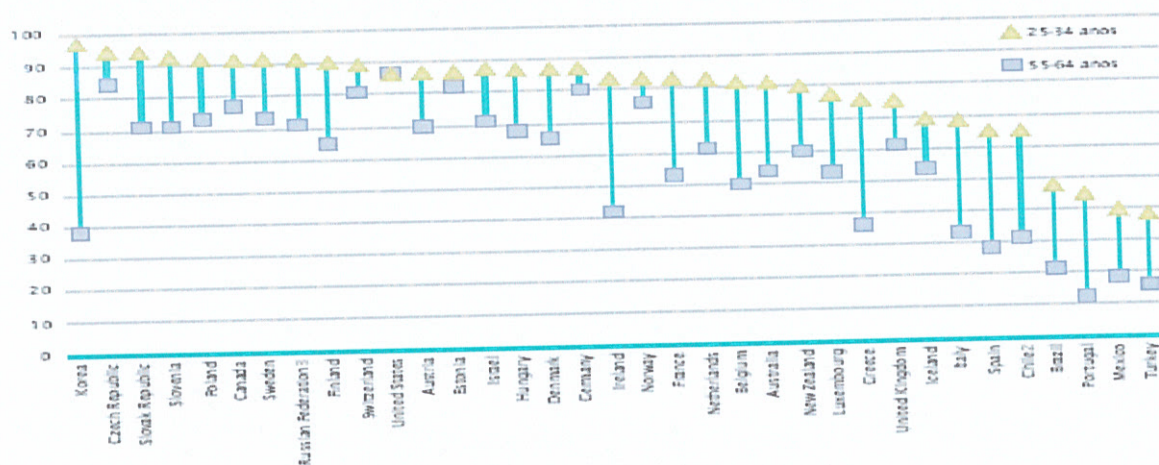
No seio da União Europeia, a percentagem de cidadãos mais idosos (65 + anos) já se cifra em cerca de 16,7% (82,7 milhões) num total aproximado de 496 milhões de cidadãos. Estimativas para o ano de 2015 sugerem que os cidadãos mais idosos venham a atingir cerca de 30% do total da população, o que irá equivaler a cerca de 141,6 milhões (Eurostat, 2008). Torna-se evidente que esta 'revolução demográfica' veio provocar vários impactos ao nível da segurança social, ao nível do sistema de saúde e ao nível laboral e ainda através da introdução de novas valências e de inovações no domínio tecnológico através da incorporação de *e-serviços* (*e-learning*, *e-banking*, *e-government*) ... o incremento e o advento de tecnologias assistivas para o apoio domiciliário no sentido de se melhorarem as condições de vida.

A aposta na educação ao longo da vida para os adultos idosos não tem sido frequentemente realizada. Pois, na opinião de Pimentel (2012), a razão pela qual se tem esta realidade prende-se com uma visão redutora que apenas aposta numa formação se a mesma puder apresentar um retorno que se manifeste em termos produtivos. Mas, no presente, pelo facto da idade da reforma ter vindo a ter um aumento gradual, vem justificar-se ainda mais a necessidade de se apostar numa aprendizagem que englobe os adultos mais idosos proporcionando-lhes a melhoria das suas competências no seio dos novos desafios e contextos laborais. Neste particular, a Comissão das Comunidades Europeias (2006) refere que é fundamental e necessário que estes trabalhadores mais idosos sejam abrangidos por programas de formação ao longo da vida que lhes garantam o seu posto de trabalho. Tendo também em consideração o facto da longevidade estar a incrementar, apresentado os adultos mais idosos melhores índices de saúde física e mental, é importante que sejam salvaguardadas condições adequadas ao longo do seu período de aposentação.

O Gráfico 1, torna bastante evidente a diferença que existe entre os cidadãos mais jovens (25-34 anos) que completam o ensino secundário e os cidadãos mais idosos (55-64 anos). Esta diferença é significativa na grande maioria dos países, com exceção, para os Estados Unidos e para a Estónia e Noruega onde estas diferenças são nulas ou praticamente nulas. No que diz respeito a Portugal, a diferença é de cerca de 35%, continuando os cidadãos mais idosos a serem penalizados. Por este facto, impõem-se medidas que invertam rapidamente esta situação por todas as razões já invocadas.



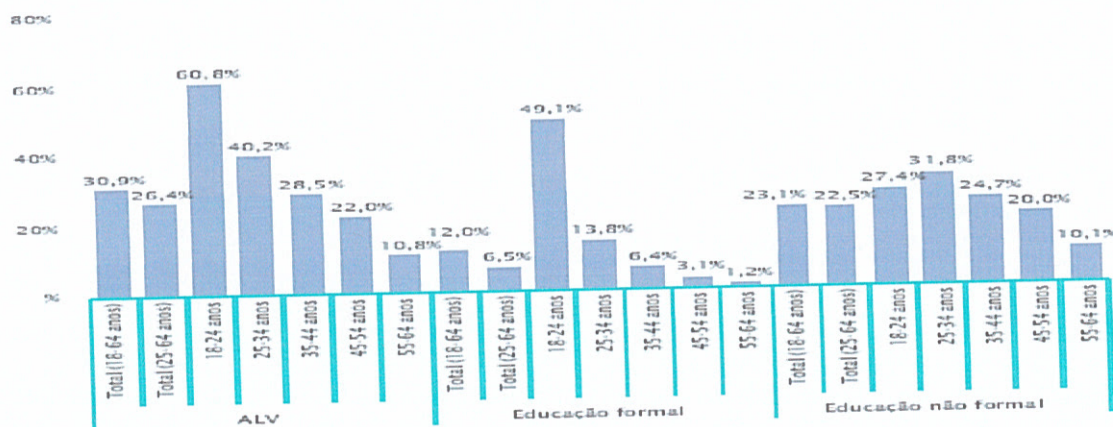
Gráfico 1: População que completou pelo menos o ensino secundário, em termos percentuais, por grupo etário



Fonte: OEDC (2009) Education at a Glance).

O Gráfico 2, relacionado com a proporção de cidadãos com idade compreendida entre os 18-64 anos que participaram em atividades de aprendizagem ao longo da vida (ALV), em educação formal e em educação não formal, vem reiterar os dados anteriores. Ou seja, a faixa etária correspondente aos cidadãos mais idosos são aquelas que, invariavelmente, apresentam os valores percentuais mais reduzidos. Pelos valores relacionados com a educação formal há um claro indício da existência de uma grande taxa de analfabetismo. Para qualquer dos casos sente-se, uma vez mais, a necessidade de uma aposta clara no fomento de ações que permitam que os adultos mais idosos venham a frequentar ações que envolvam a aprendizagem ao longo da vida.

Gráfico 2: proporção de indivíduos com idade compreendida entre os 18 e os 64 anos que participaram em atividades de aprendizagem a longo da vida (ALV), em educação formal e em educação não formal, em valores percentuais, por grupo etário.



Fonte: INE (2009)



Tendo em conta a realidade nacional, o Quadro 1 apresenta os dados relativos à participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal, correspondente a cidadãos com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos, por local de residência. Neste particular, destacam-se os valores de Lisboa, os mais elevados, que atingem um valor de 36%. Em sentido contrário, surge a Região Autónoma da Madeira, com o valor mais reduzido, que se traduz apenas em 19,9%. As regiões que ainda apresentam valores mais preocupantes são a Região Autónoma dos Açores com 25,4% e a região Norte com 27,7%.

Quadro 1: Proporção de indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos que participaram em atividades de aprendizagem a longo da vida (ALV), em educação formal e em educação não formal, em valores percentuais, por local de residência (NUTS-2002)

	ALV	Educação formal	Educação não formal
Portugal	30,9	12,0	23,1
Norte	27,7	11,2	20,7
Centro	31,8	13,2	22,9
Lisboa	36,0	12,0	28,4
Alentejo	30,4	14,8	19,8
Algarve	31,8	12,7	24,0
R. A. Açores	25,4	7,7	20,2
R. A. Madeira	19,9	8,6	13,9

1266

Fonte: INE (2009)

Apesar dos resultados apresentados serem muito penalizadores para os adultos idosos, não se podem escamotear as iniciativas e medidas que têm vindo a ser tomadas nas últimas duas décadas no sentido de se começar a inverter esta realidade. Estas iniciativas relacionadas com a aprendizagem ao longo da vida pretendem que todos os cidadãos, independentemente da sua idade, possam exercer uma cidadania ativa e participativa em prol de um desenvolvimento que esteja sustentado pela geração de novos conhecimentos através de uma melhor e mais elevada qualificação dos cidadãos.

A título de exemplo, refere-se a iniciativa no âmbito da OCDE, no ano de 1996, decorrente de uma cimeira dos respetivos ministros da educação dos estados-membros: 'Ano Europeu da Aprendizagem ao Longo da Vida'. Neste domínio, foram definidos quatro pilares a serem implementados: 1. Promover e melhorar as condições de acesso à educação pré-escolar, promover a obrigatoriedade no ensino básico e alargar a frequência do ensino secundário e, ao mesmo tempo, aumentar a oferta da educação não formal. 2. Promover e implementar mecanismos que facilitem uma ligação entre a escola e o mercado de trabalho, apoiando o desenvolvimento de competências necessárias no contexto laboral. 3. Promover a criação de incentivos para os indivíduos, para os empregadores e para as escolas realizarem um maior investimento em ações relacionadas com a aprendizagem ao longo da vida. 4. Promover uma revisão dos papéis e das responsabilidades dos agentes envolvidos (escolas, empregadores, agências e governo) no sentido de se poderem concretizar políticas e medidas devidamente sincronizadas e coerentes. Em 2000, no âmbito do Conselho Europeu de Lisboa,



foi emitido o ‘Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida’, no sentido de vincular a União Europeia, no seio de cada país membro para uma implementação conjunta de medidas e de iniciativas, que se passam a indicar: a) permitir e garantir o acesso universal à aprendizagem para a aquisição e renovação de competências fundamentais e necessárias para uma adequada participação na sociedade do conhecimento; b) incrementar o investimento nos recursos humanos; c) promover o desenvolvimento de métodos de ensino e de aprendizagem de forma sistemática e contínua que se traduzam numa oferta para todos os domínios; encontrar fórmulas que certifiquem os resultados e as avaliações das aprendizagens não formais; d) assegurar o acesso universal de todos os cidadãos às diferentes oportunidades de aprendizagem promovidas pela União Europeia; e) promover oportunidades para a aprendizagem de forma contextualizada e próxima dos cidadãos que poderão ser apoiadas em estruturas digitais (TIC). Uma outra iniciativa da União Europeia, lançada em 2007 (‘Ageing Well in the Information Society’) veio reforçar esta necessidade em promover um melhor envelhecimento dos adultos idosos no âmbito de uma sociedade cada vez mais digitalizada onde as TIC constituem um suporte e um meio para uma adequada integração social de todos os cidadãos sem exceção.

A andragogia como uma ‘metodologia de vida’

Quando se faz uma abordagem ou menção à aprendizagem ao longo da vida envolvendo adultos mais idosos, há uma certa consensualidade em se fazer esta relação tomando como base uma perspetiva que assenta na andragogia. A andragogia, entendida como um modelo de cariz pedagógico, foi inicialmente referenciada por Linderman, em 1926, e retomada por Knowles, em 1967, através da publicação do artigo ‘Andragogy, not Pedagogy’ que marca (talvez) o início de toda uma discussão académica que tem vindo a ser tomada por investigadores no âmbito da formação dos adultos idosos.

A tese apresentada tem como finalidade discutir e definir as diferenças entre os conceitos relativos à ‘pedagogia’ e à ‘andragogia’. A pedagogia deve ser entendida como tendo por base uma preocupação focalizada no ensino enquanto que a andragogia estará mais focalizada nas formas como se aprende. É evidente que a pedagogia está muito mais relacionada com os jovens, com os alunos que iniciam e frequentam a escolaridade formal (básica e secundária). Por outro lado, a andragogia lida com adultos que devem ser tratados pelos seus professores/formadores como alguém que já traz consigo todo um conjunto de aprendizagens e de experiências que devem ser compreendidas, contextualizadas e adequadas às necessidades e aos objetivos destes ‘alunos/formandos’. Neste particular, concorda-se com a opinião de Osório (2003), no sentido de se entender a andragogia como uma arte ou ciência que pretende ajudar os adultos a aprender, em oposição à pedagogia entendida como uma arte ou ciência para ensinar as crianças. Deste modo, a andragogia vai centrar-se numa dada etapa de vida dos adultos idosos com interesses e motivações diferenciadas, promovendo-se a passagem de um modelo que não se apoie na aquisição de conteúdos mas antes, num modelo que privilegie a aquisição e/ou desenvolvimento de competências no âmbito de resolução de problemas que se possam e/ou devam estar baseados em anteriores experiências de vida. Nesta perspetiva, Hamze (2008) encara a andragogia como uma opção educativa que pretende compreender o adulto, que se deverá refletir num somatório de trocas de conhecimentos entre o professor, como facilitador dos conhecimentos, e o adulto e as suas experiências de vida. Quer isto dizer, que se promoverá um espaço de ‘aprender fazendo’, com uma responsabilidade partilhada entre o professor e o ‘estudante – adulto’. Ou seja, como é



afirmado por Knowles (2005), passar para um outro tipo de paradigma: a educação enfatiza o professor/formador enquanto a aprendizagem enfatiza o aluno no qual irão ocorrer as mudanças.

Tendo em consideração o facto deste aluno adulto ter já um percurso de vida consistente, com hábitos de vida e situações de trabalho já cimentados, não se poderá proceder à sua modificação de uma forma arbitrária, pelo que Pinto (2007) propõe que se adote um método que possua as seguintes características: a) ser capaz de incutir e de fazer sentir a necessidade para que o aluno adulto se possa instruir para que a sua participação cívica e social esteja melhor clarificada; b) basear-se nas condições de partida e das realidades envolventes do aluno idoso e nas formas como realiza as suas rotinas diárias; c) partilhar e discutir o método de trabalho a desenvolver numa perspectiva de coresponsabilização; d) conceber uma proposta conjunta de um 'conteúdo' de formação que seja capaz de responder, de forma justificada e contextualizada, para a melhoria da sua qualidade de vida. Do exposto, pode facilmente verificar-se que ao nível da aprendizagem a andragogia centra-se em torno do aluno idoso, respeitando a sua independência e promovendo condições para a implementação de uma autogestão das suas aprendizagens que se reflitam nas suas diferentes rotinas diárias (Hamze, 2008).

Pelo facto da andragogia ter em consideração o conhecimento tácito e a experiência acumulada pelos alunos idosos ao longo da sua vida e, pelo facto de estar muito vinculada à qualificação para o trabalho, há uma preocupação em se considerar essa experiência profissional como elemento fundamental a ter em consideração nos métodos a implementar (Arroyo, 1996). Para o efeito, tal como advoga Perissé (2008), o professor/formador deve ser capaz de interpretar e de fazer sentir junto dos alunos idosos a real e efetiva importância dos assuntos tratados e, mais do que isso, proporcionar a concretização dessas aprendizagens no sentido deles sentirem e de verificarem quais as diferenças significativas que são operadas nas suas vidas na sequência e como consequência dessas ações. Deste modo, o processo de envelhecimento deve ser enquadrado como um espaço de construção de um novo modelo educacional que seja capaz de ser mais abrangente e universal. Tal como é afirmado por Chotguis (2007), é fundamental que os educadores/formadores promovam espaços educativos/formativos em contextos e ambientes informais, que sejam confortáveis, flexíveis e adaptados aos alunos idosos para que se possam traduzir em processos geradores de conhecimento e de enriquecimento de experiências.

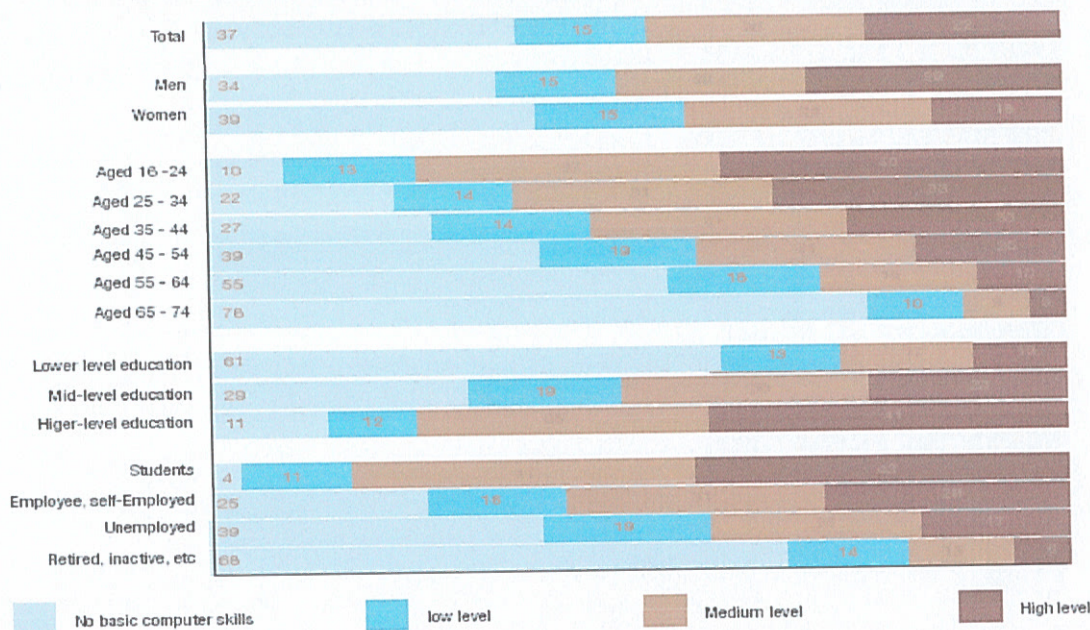
1268

A importância e o papel das TIC nas 'aprendizagens' dos adultos idosos

Em termos gerais, a população da União Europeia será cada vez mais portadora de competências digitais pelo facto de terem tido uma maior e mais sistemática exposição e utilização das TIC em contexto laboral. Contudo, no presente momento, há ainda uma percentagem significativa de cidadãos que se encontram infoexcluídos. O Gráfico 3, de acordo com os dados fornecidos pelo Eurostat (2005), evidencia de forma bastante clara que quanto mais elevada é a faixa etária menor é a literacia digital dos cidadãos. O presente gráfico evidencia também grupos onde a infoexclusão é significativa (desempregados e aposentados) que vem implicar uma intervenção que promova condições para um acréscimo da infoinclusão.



Gráfico 3: Níveis de literacia digital por faixas etárias e por grupos de cidadãos.

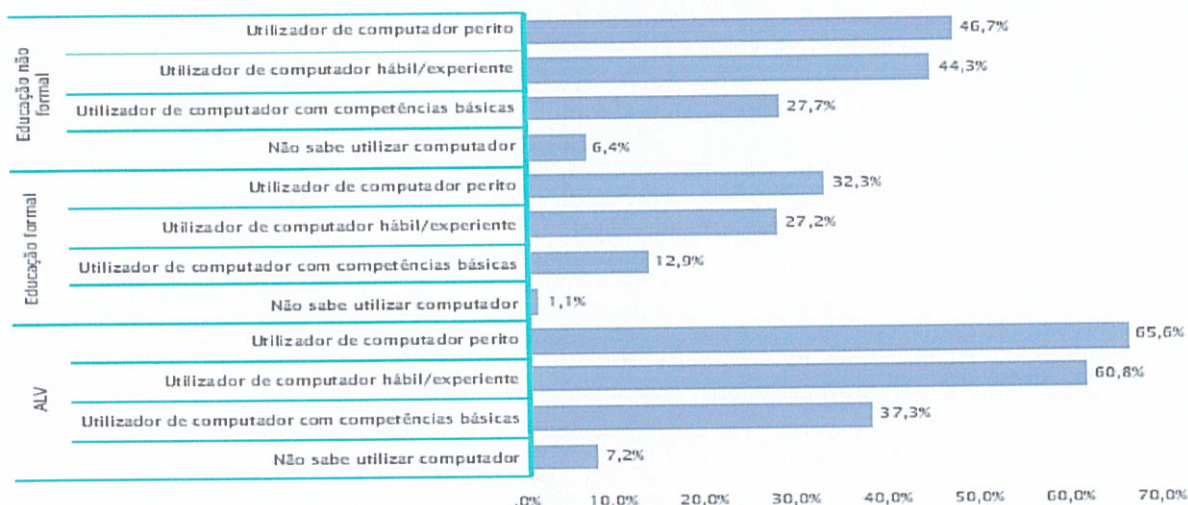


Uma aposta nas TIC no âmbito da aprendizagem ao longo da vida, tal como referem Patrício e Osório (2012), é considerada como uma real oportunidade para que os adultos idosos possam continuar a interagir na sua comunidade a todos os níveis (social, económico, cívico, laboral...) com a manutenção de níveis mais saudáveis do ponto de vista físico e cognitivo. Não nos esqueçamos que todo e qualquer tipo de literacia é fundamental para uma melhor integração social. O sentido de literacia tem que ter um sentido lato e de grande abrangência que vá para além do acesso à informação, nas atividades de leitura ou de escrita através da utilização de tecnologias. Esta literacia deve ser implementada não somente em contexto escolar mas, preferencialmente, no decorrer das atividades diárias. Pois, como é afirmado por Torres (2010), a literacia constitui um elemento-chave para o incremento da qualidade de vida, em especial, para aqueles cidadãos que possuem menos competências.

No que diz respeito aos níveis de competências em TIC, pelos cidadãos compreendidos entre os 18 e os 64 anos de idade, que participaram em atividades de aprendizagem ao longo da vida e em espaços de educação formal e não formal, parece denotar-se que estas competências são mais reduzidas em espaços de educação formal, tal como se pode observar no Gráfico 3. Uma outra observação corresponde ao facto de serem nas ações de aprendizagem ao longo da vida onde parece ter havido mais sucesso. Assim sendo, parece imediato e lógico que se promova uma formação em TIC que contemple a aprendizagem ao longo da vida.



Gráfico 3: proporção de indivíduos com idade entre os 18 e os 64 anos que participaram em atividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e em educação não formal, em valores percentuais, por nível de competências TIC.



Fonte: INE (2009)

Na opinião de Mitzner et al (2010) as TIC e as correspondentes competências digitais constituem um importante recurso que pode influenciar e criar condições para um incremento da participação social através de uma mais facilitada comunicação que é agora proporcionada. Por outro lado, o facto das TIC criarem espaços de aprendizagem mais flexíveis e, consequentemente, mais adaptáveis todos os cidadãos poderão aproveitar estes recursos incluindo, naturalmente, os adultos mais idosos. Contudo, não se pode ficar com a sensação que as TIC resolvem tudo por si mesmas, apenas porque lhes são reconhecidas vantagens. No caso particular do adulto idoso é necessário e imperativo que sintam que, de facto, as TIC lhes podem trazer benefícios evidentes relativamente aos seus interesses e necessidades. Tal como é alertado por Selwyn e Facer (2007) não basta que estes adultos idosos possuam computador e tenham acesso à internet para que se possa afirmar que já são infoincluídos. É importante que estes adultos idosos dominem as competências digitais que lhes permitam adquirir e promover novas aprendizagens que signifiquem novos e melhores conhecimentos, devidamente contextualizados e com uma relação direta com as suas rotinas diárias. Para o efeito, apresentam-se algumas sugestões, baseadas em Naumanen e Tukiainen (2007) que poderão vir ao encontro das expectativas e necessidades dos adultos idosos: criar condições para que as aprendizagens realizadas em ambiente ‘formal’ de formação possam ser concretizadas em casa, como forma de reforçar essas aprendizagens, mas para situações que decorram das suas atividades e/ou rotinas diárias; promover uma formação de tipo tutorial para que haja uma maior proximidade com o formador e para que sejam atendidas questões mais particulares; discutir e aprovar, em conjunto, quais os conteúdos a tratar; criar um *courseware* bem organizado que seja composto por um manual, exercícios práticos e respetivas formas de concretização; para cada atividade poder ser ‘visualizado’ o seu real impacto nas suas rotinas.

Referências bibliográficas



- Arroyo, Miguel (1996). *Educação básica, profissional e sindical. Um direito do trabalhador, um desafio para os sindicatos*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação.
- Chotguis, José (2007). *Andragogia. Arte e ciência na aprendizagem do adulto*. Disponível em www.serprofessoruniversitario.pro.br
- Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Educação de adultos: Nunca é tarde para aprender*. Disponível em http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com2006_0614pt01.pdf
- Elwyn, Niel & Facer, Keri (2007). *Beyond the digital divide: Rethinking digital inclusion for the 21st century*. Bristol: Futurelab.
- European Commission (2007). *Ageing well in the information society*. Disponível: http://ec.europa.eu/information_society/einclusion/leaflet_ageing_pdf.
- Eurostat (2008). *Europe in figures. Eurostat yearbook 2008*. Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>
- Hamze, Amélia (2008). *Andragogia e a arte de ensinar aos adultos*. Disponível em www.educator.brasilecola.com
- Knowles, Malcolm (2005). *The adult learner: The definitive classic in adult education and human resource development*. San Diego: Elsevier.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2009). *Aprendizagem ao longo da vida. Inquérito à educação e formação de adultos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Mitzner, Tracy; Boron, Julie & Fausset, Cara (2010). Older adults talk technology: Technology usage and attitudes. *Computers in Human Behaviour*, 26, 1710-1721.
- Osório, António (2003). *Educação permanente e educação de adultos*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Patrício, Raquel & Osório, António (2012). Lifelong learning, intergenerational relationships and ICT: Perceptions of children and other adults. In proceedings of ELOA *Elderly, education, intergenerational relationships and social developments* (pp. 224-232). Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7061/1/elo2011.pdf>
- Perissé, Gabriel (2005). *Andragogia*. Disponível em www.correiocidadania.com.br
- Pimentel, Luísa (2012). Envelhecer ativamente num contexto intergeracional: O programa IPL60+ como uma aposta na formação e participação social dos seniores. In *Atas do VII Congresso Português de Sociologia* (pp.141-157). Porto: Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Pinto, Álvaro. (2007). *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Repetto, Manuela & Trentin, Guglielmo (2008). ICT and lifelong learning for senior citizens. *Journal of e-Learning and Knowledge Society*, 4, 189-198.
- Torres, Rosa (2010). Alfabetización y aprendizaje a lo largo de toda a vida. In E. Lucio-Villegas & P. Guadas (Eds.), *El valor de la palabra. Alfabetizaciones, liberaciones y ciudadanías planetarias* (pp. 269-283). Valencia: Ediciones del CREC.
- Naumanen, Minnamari & Tukiainen, Markku (2008). *Senior's club. Learning and blogging together*. Salamanca: IADIS.

